

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA PRODUÇÃO DE PRIMITIVO MOACYR¹

Rosana Areal Carvalho*

lattes.cnpq.br/0015367380312522

Raphael Ribeiro Machado**

lattes.cnpq.br/1494732192723550

Resumo: A obra de Primitivo Moacyr se insere em um quadro de complexidade política, social e educacional presente nas décadas de 1930 e 1940 do século XX no Brasil. Entre 1936 e 1942, dedicou-se à escrita educacional de quinze livros tratando da educação brasileira no período imperial e republicano até os anos de 1930 e mais dois trabalhos apresentados em congressos organizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Apontamos elementos que acusam a intencionalidade da produção historiográfica moacyrniana na efetivação de um *modus operandi* de se fazer história da educação no Brasil articulada à condição científica aplicada à educação pelos escolanovistas. Nossa análise pautou-se sobre as condições de produção, circulação e apropriação das mesmas no cenário brasileiro. Inscrita numa historiografia próxima da corrente valorizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e apadrinhada por instituições como a Companhia Editora Nacional e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP compreendemos que a produção bibliográfica de Primitivo Moacyr respondeu a um propósito estimulado por aqueles com os quais convivia intelectualmente e, pela percepção do interesse que poderia promover a divulgação de uma coletânea de documentos organizados, sistematizados, sobre as ações estatais em prol da educação brasileira. Um historiador que estava atualizado com a concepção historiográfica predominante em sua época – a história documental –, como também um precursor no campo da história da educação brasileira ao dar visibilidade à profusa e inoperante legislação educacional.

Palavras-chave: Primitivo Moacyr; História da educação brasileira; historiografia.

THE HISTORY OF BRAZILIAN EDUCATION IN THE PRODUCTION OF PRIMITIVO MOACYR

¹ Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Edital Ciências Humanas, 2014.

* Doutora em História Econômica. Docente da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP (Brasil). Contato: rosanaarealdecarvalho@gmail.com.

** Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET/MG (Brasil). Contato: raphamachado25@hotmail.com.

Abstract: The work of Primitivo Moacyr is part of a framework of political, social and educational complexity present in the 1930s and 1940s in Brazil. Between 1936 and 1942, he dedicated himself to the educational writing of fifteen books dealing with Brazilian education in the imperial and republican period up to the 1930s and two other works presented at congresses of the Brazilian Historical and Geographical Institute - IHGB. We emphasize elements of intentionality of the Moacyr's historiographic production in the accomplishment of a *modus operandi* of making history of education articulated to the scientific condition applied to the education by the *Escolanovistas*. Our analysis was based on the conditions of production, circulation and appropriation of the same in the Brazilian scenario. Inscribed in a historiography close to the current valued by the IHGB and sponsored by institutions such as Companhia Editora Nacional and the National Institute of Pedagogical Studies, we understand that bibliographic production responded to a purpose stimulated by those with whom it coexisted intellectually and through the perception of interest that could promote the dissemination of a collection of organized and systematized documents on state actions in favor of Brazilian education. A historian who was current with the prevailing historiographic conception in his time - the documentary history -, and a forerunner in the history of Brazilian education by giving visibility to the profuse and inoperative educational legislation.

Keywords: Primitivo Moacyr; History of Brazilian education; historiography.

* * *

Cenário

A obra de Primitivo Moacyr se insere no quadro de complexidade política, social e educacional presente nas décadas de 1930 e 1940 do século XX no Brasil. Seja como fonte ou como objeto, o conjunto de sua obra abrange mais de uma dezena de livros sobre a história da educação brasileira. O primeiro livro foi publicado em 1916: *O ensino público no Congresso Nacional* - Breve notícia; os demais, num total de 15 volumes, abrangendo a educação brasileira no período imperial e republicano, e dois volumes sobre a educação no Estado de São Paulo nas primeiras décadas republicanas vieram a público entre 1936 e 1942, coincidindo com um período de efervescência no campo educacional marcado pelo debate e querelas entre renovadores e tradicionalistas, mais exatamente os católicos. Em pesquisas anteriores buscamos investigar as condições de pro-

dução e a repercussão dos seus livros, bem como sua trajetória. A partir dos dados então obtidos, perscrutamos, neste trabalho, a contribuição de Moacyr para a historiografia da educação brasileira, ou, parafraseando o autor: qual foi o legado de Moacyr no tocante ao “subsídio para a história da educação”?

Baiano de Salvador, nascido em 1867, Moacyr teve seus primeiros contatos com a instrução pública como professor de primeiras letras no interior da Província da Bahia. Trabalhou no Liceu de Recife e, provavelmente, instigado pelas experiências e pelo ambiente ali vivenciado, seguiu para a capital federal no alvorecer republicano. Aluno da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, obteve o diploma de bacharel em Direito em 1894.

O início do século XX já o encontrou funcionário da Câmara de Deputados. Na função de redator e relator dos debates parlamentares ocupou mais de trinta anos de sua vida. Tais funções exercidas por longo tempo possibilitaram contatos e algum conhecimento de práticas arquivísticas, quiçá o gosto pelo documento. Ao mesmo tempo, possibilitou um conhecimento qualificado das nuances do poder legislativo e sua produção específica – as leis. A partir desse espaço público e de poder, principal em sua vida profissional, cultural e política, teve a oportunidade de aprofundar as relações com legisladores – deputados e senadores, profissionais liberais e servidores públicos, jornalistas e intelectuais. Dentre tantos, muitos educadores que, como ele, comungava do princípio indeclinável da instrução como formação do povo e responsabilidade do Estado.

Além da vasta bibliografia, publicou muitos artigos sobre a educação no *Jornal do Commercio*, entre os anos 20 e 30 do século XX, de ampla circulação e também atuou como inspetor para os institutos particulares de ensino secundário. Portanto, se considerarmos os espaços públicos por ele ocupados, amalhou um vasto conhecimento sobre a educação brasileira.

Do ponto de vista social, Primitivo era presença certa nas festas civis, nas homenagens, em concursos e eventos culturais, decorrente e produtora de uma ampla rede de relações. Não importava o motivo e

ocasião, frequentava as altas rodas das festas e os requintados espaços da cultura na cidade do Rio de Janeiro. Estas aparições e festejos foram notícias em periódicos como as Revistas *Fon-Fon!* e *Careta*, além de inúmeras citações em jornais como o *Correio Paulistano*, *O Paiz*, dentre outros.

Por volta de 1930, com a instauração do governo de Getúlio Vargas, o Poder Legislativo sofreu uma série de readequações. Porém, a experiência com a organização dos “*Debates Parlamentares*”, a agilidade do trâmite pela busca dos antecedentes legislativos nos mais variados temas e épocas e a larga experiência naquele espaço tão fragmentado, garantiram a permanência de Primitivo Moacyr na casa. Sua tarefa foi a de subsidiar as discussões referentes à reorganização do Estado e a elaboração de uma nova Constituição. Aposentou-se em julho de 1933, na condição de redator de documentos parlamentares da Secretaria da Câmara dos Deputados. Desde então, dedicou-se mais apropriadamente às pesquisas e à publicação de seus livros.

A investigação da obra desse intelectual foi desenvolvida por nós em duas frentes: a primeira incide sobre a recepção da obra moacyrniana desde sua produção até os dias atuais; a segunda cuidou de identificar as condições de produção, os meios onde circulou e a trajetória do pesquisador, destacando sua condição enquanto sujeito histórico e sujeito da história da educação brasileira.

Neste trabalho trazemos alguns apontamentos sobre a inserção da obra moacyrniana no processo de construção da história da educação brasileira, bem como sua proposição, qualificada pelo próprio autor como subsídio para as produções posteriores. Seu trabalho insere-se numa lógica maior do que sua própria intencionalidade. Suas marcas ao longo do tempo deixaram vestígios distintos em cada momento e por cada leitor que dela fez uso: ora como fonte para a História da Educação Brasileira, ora como a própria história escrita; ora ainda como produto de uma forma positivista ou antiquada de se produzir História, quando olhada sob a perspectiva da historiografia brasileira a partir dos anos de 1980, principalmente.

Não por acaso teve seus trabalhos acolhidos em congressos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, ou seja, foram aceitos

conforme os cânones da produção histórica emitidos pelo próprio instituto. A incursão de sua obra no tempo histórico possibilitou à mesma se tornar presente em diferentes propostas de estudos, desde as primeiras proposições da história da educação no Brasil, ou seja, delineando uma maneira de se escrever a história educacional, como alimentando pesquisas sob diferentes aportes teóricos.

O estudo da obra moacyrniana e do próprio sujeito perpassa o entendimento de como o Estado Vargas estabeleceu os critérios para a organização da educação nacional, bem como implantou os pilares de suas políticas estatais mais gerais. Ambos, Estado e indivíduo, agiam em conformidade com uma lógica de inserção no campo da modernidade educacional e nacional. A publicação da obra moacyrniana pela Companhia Editora Nacional, pela Imprensa Oficial sob a chancela do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP e pelos órgãos da imprensa nacional deixa a marca intelectual histórica do autor no cenário brasileiro; um sujeito que não tinha uma posição social elitizada, mas que soube caminhar pela “calçada carioca” da intelectualidade, alcançando status de pesquisador da história da educação brasileira.

Como dito anteriormente, tendo sua obra inscrita numa historiografia valorizada pelo IHGB e apadrinhada por instituições como a Companhia Editora Nacional e o INEP, frequentando círculos intelectuais nos quais era presença constante muitos dos educadores vinculados ao Manifesto da Escola Nova de 1932, podemos entender a produção moacyrniana inserida numa chave que estimula o conhecimento como requisito para o desenvolvimento, ou seja, a ciência a serviço do progresso. Com esse viés, identificamos a aproximação de Moacyr com os renovadores da educação nacional, cujos princípios foram divulgados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, muito especialmente o caráter científico, como exposto no trecho abaixo:

O desenvolvimento das ciências lançou as bases das doutrinas da nova educação, ajustando à finalidade fundamental e aos ideais que ela deve prosseguir os processos apropriados para realizá-los. A extensão e a riqueza que atualmente alcança por toda a parte o estudo científico e experimental da educação, a libertaram do empirismo, dando-lhe um caráter e um espírito ni-

tidamente científico e organizando, em corpo de doutrina, numa série fecunda de pesquisas e experiências, os princípios da educação nova, pressentidos e às vezes formulados em rasgos de síntese, pela intuição luminosa de seus precursores. (AZEVEDO, 1932, p. 55).

Ao defender a educação como ciência, afastando-a do empirismo e conformando-a num arcabouço científico, estimulou a busca pelo conhecimento sobre o que já se havia feito, no Brasil, em prol da educação. Por mais lacunar que tenha sido a ação do Estado brasileiro, seja imperial seja republicano, era preciso conhecer. Essa foi a missão perseguida por Moacyr que, já no seu primeiro livro, afirmava ser o estado brasileiro bastante produtivo no tocante à educação:

A opinião publica é talvez injusta quando accusa o Congresso de despreço às cousas de ensino publico. A sua operosidade, no caso, tem sido copiosa. Em vinte e quatro annos de regimen republicano cerca de oitenta projectos — de parte as annuaes e quase clandestinas disposições orçamentarias — foram offerecidos ao estudo da legislatura. Tão boa vontade só encontra parellhas nas mercês e favores ás classes armadas e ao functionalismo civil... (MOACYR, 1916, p. 5).

Outros exemplos podem ser elencados para demarcar a intencionalidade da produção historiográfica moacyrniana na efetivação de um *modus operandi* de se fazer história da educação no Brasil. O eixo em torno do qual elaboramos nossa compreensão tem como premissa uma historiografia articulada à condição científica aplicada à educação pelos escolanovistas.

Outro espaço que ocupou, trazendo consigo esse mesmo viés, pode ser observado no vínculo como pesquisador colaborador do INEP, publicando vários volumes pela Imprensa Oficial, alcançando a chancela pública. Para intervir, reformar ou revolucionar a educação brasileira era preciso conhecer as ações já impetradas e recolher, sistematicamente, as experiências educacionais. Esta foi a meta perseguida com a criação do INEP, para a qual a contribuição de Moacyr foi lapidar.

A produção

No seu primeiro livro – *O ensino público no Congresso Nacional – Breve Notícia*, de 1916, provavelmente impresso na Typographia do Jornal do Comércio, Moacyr inicia e finaliza com o tema da desoficialização do ensino, tomando a posição de “homem de estado”, bem como daquele que compreende o ensino como responsabilidade governamental. São traços assim que permitem a autores como Cardoso (2002), afirmarem a preferência que Moacyr dá ao ensino primário em detrimento do ensino superior.

Em relação ao ensino primário, a educação fundamental, Primitivo Moacyr deixa claro ao longo de toda a sua obra, que o considerava o mais importante nível de ensino e aquele ao qual o poder público deveria dedicar maior atenção. Muitas vezes lamentou a pouca atenção que os diferentes governos, tanto do Império quanto da República, dispensaram ao ensino primário. (CARDOSO, 2002, p. 918).

Como “homem de estado”, Primitivo Moacyr, em *O ensino público no Congresso Nacional. Breves notícias* (1916), exaltou as ações do regime republicano para “as cousas do ensino publico” afirmando que “a sua operosidade tem sido copiosa” (MOACYR, 1916, 5). Porém isso não o impediu de expor os acalorados e, por vezes, inúteis debates e o arquivamento ou inexecutabilidade de inúmeras legislações. Assim como nos livros nos quais trata da instrução no Império, naqueles volumes sobre o período republicano cuida de dar visibilidade às iniciativas do Estado em prol da instrução pública e as tensões presentes no campo como subsídio para compreender o estágio educacional em que se encontrava a nação brasileira: pré-requisito fundamental para o avanço cultural, ou seja, o movimento de renovação educacional.

Movimento este que, no campo político, correspondeu ao Estado Novo. Não desconsideramos o discurso valorativo implícito na denominação ‘Estado Novo’. Tal denominação encerra um jogo de forças, “um ato de poder, como os historiadores sabem por dever de ofício”, afirmam Gomes e Abreu (2009,1). Porém, temos como hipótese que a publicação

dos livros de Moacyr se inscreve nesse “ambicioso projeto político-cultural” que cercou as ações governamentais, conforme as mesmas autoras anunciam.

O Estado Novo e seus ideólogos conseguiram trazer para si todos os méritos da criação de um país de todos, unificado política e culturalmente, através da construção de um povo mestiço, em termos festivos e musicais, tanto no samba e no carnaval, como em diversas manifestações folclóricas de todas as partes do país. O governo Vargas e a década de 1930 passaram a representar, na memória nacional, um momento de ruptura do passado cultural brasileiro. A valorização da música popular, do carnaval e até mesmo da capoeira – tudo nos faz crer – precisava esperar esses novos tempos. (GOMES; ABREU, 2009, p. 9).

Consoante a esse projeto, é notório o movimento de âmbito nacional em defesa da escola pública a partir dos anos 30. E não se trata de mera coincidência a concomitância com o desenvolvimento capitalista, articulando urbanização e industrialização. A ampliação da estrutura produtiva implicava em demandas sociais variadas, dentre elas a correspondência no campo educacional. Enfim, de quem era a responsabilidade pela educação? Para Moacyr, esta responsabilidade competia ao Estado; e o governo Vargas não se negou a exercer essa função. Sanfelice (2007, 543) caracteriza esse governo como “um Estado cada vez mais educador do povo”, extrapolando o período afim ao Estado Novo, começando pela Reforma Francisco Campos, passando pelas Leis Orgânicas dos anos 40, a Constituição de 1946, até desaguar na LDB de 1961.

Desde 1834 convivia-se com a descentralização da oferta dos serviços educacionais no Brasil nos níveis elementar e secundário, tornando inócua a existência de um órgão nacional que tratasse das questões gerais do ensino. Entretanto, nos primeiros anos da República não foram poucas as vozes de oposição, clamando por uma solução de continuidade que só seria possível com a presença mais firme do Estado brasileiro. Moacyr apresentou muitas dessas vozes no trabalho de 1916, explicitando que o debate da ‘desoficialização’ do ensino foi encabeçado pelos positivistas. Referindo-se ao discurso do deputado Anysio de Abreu (Piauí), manifestou:

E com este discurso, abundantemente documentado, encerrou-se um dos mais memoráveis debates da Câmara. E o projeto foi aprovado sem emendas. As idéias positivistas, corporificadas nas emendas do Sr. Erico Coelho, só mais tarde, 17 anos depois, graças a uma época de atordoamento nacional, tornaram-se realidades... portresannos apenas. (MOACYR, 1916, p. 40).

Podemos observar a ideia de um órgão central numa outra dimensão – um centro de estudos –, implícita em muitos eventos como a Exposição Pedagógica, de 1883. Entre uma e outra, a propositura de Rui Barbosa, apresentada antes mesmo de 1889. Segundo Lourenço Filho (2005, 181), “Não desejava ele apenas um órgão colegiado, mas outro também que servisse à documentação e à difusão de novas idéias sobre o ensino, com investigação de seus problemas na vida nacional.” Respondia a essas mesmas necessidades, ou seja, ampliar o conhecimento e a compreensão do percurso educacional brasileiro, outras iniciativas como a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE) e o *Pedagogium*: “um órgão propulsor de reformas e melhoramentos de que carecesse a educação nacional” (LOURENÇO FILHO, 2005, 181).

Para Carvalho e Mesquita

ao expor tal documentação, Primitivo Moacyr produziu elementos para uma crítica contundente à produção legislativa brasileira, cuja inoperância aparece em cada projeto, independente da qualidade e acerto deste. Assim, é possível justificar e cultivar uma descrença quanto ao futuro educacional se este dependesse, apenas, das ações legislativas. (CARVALHO; MESQUITA, 2013, p. 52).

Este livro inaugura uma trajetória de dimensão inigualável que terá lugar entre os anos de 1936 e 1942 quando, já desfrutando da aposentadoria, Moacyr dedicou-se à escrita educacional. Nesse curto espaço de seis anos – tendo falecido em outubro de 1942, publicou quinze livros tratando da educação brasileira no período imperial e republicano até os anos 30 e mais dois trabalhos apresentados em congressos organizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB.

A produção moacyrniana sobre a instrução nos tempos do Império presente nas publicações da Coleção Brasileira², sob a égide de Fernando de Azevedo, pela Companhia Editora Nacional é composta de seis volumes. *A Instrução e Império* compõem-se de três volumes; outros três volumes cobrem *A Instrução e as Províncias*. Todos foram organizados de forma temática, em ordem cronológica, segundo a classificação do autor.

O primeiro volume de *A Instrução e o Império* foi publicado em 1936 e reúne a documentação mais relevante sobre a História da Educação no Brasil Imperial entre os anos de 1823 a 1853, embora retrocedendo para abordar as atividades jesuíticas e a administração joanina. Inicia com a Constituinte de 1823 e as reformas que se seguiram, apresentando programas escolares e estatísticas do setor, além dos diversos ramos do ensino então ministrados, como o jurídico, o médico, o profissional, o artístico, o científico e o militar. O segundo volume, publicado em 1937, cobre o período entre os anos de 1854 e 1889, no qual o autor apresenta e analisa as principais reformas que atingiram o ensino naquele momento da história brasileira, promovidas por Paulino de Souza, João Alfredo, Leôncio de Carvalho, Rui Barbosa, Almeida de Oliveira e o Barão de Mamoré. Os três últimos capítulos têm como base a documentação relativa aos planos, sugestões e informações de Manuel Dantas, Leão Veloso e Antunes Maciel para a instrução pública e um congresso realizado em 1883. O terceiro e último volume abrange o período de 1854 a 1889 e traz, novamente, uma documentação sobre os diferentes setores do ensino jurídico, médico, politécnico, profissional, normal, religioso e artístico; detêm-se, ainda, nos exames preparatórios, nos cursos livres superiores e nas instituições científicas e literárias.

O prefácio de Afrânio Peixoto, amigo particular e natural de Lençóis – Bahia, no 1º. Volume de *A instrução e o Império* (1823-1853), que veio a público em 1936, dá algumas pistas e destaca uma virtude em Moacyr, referenciada também por Francisco Venâncio no artigo *Primitivo Moacyr e a história da educação* (1943). Afirmo Peixoto que o autor,

² Disponível em www.brasiliana.com.br.

“modestamente”, pensa que os seus livros contribuirão para “a futura história da educação brasileira”, no que retruca o prefaciador:

Ela já está aqui, neste livro, novo, original, prestante, e, às vezes, melancólico, sobre iniciativas, a sequência de nossas ideias, a descontinuidade de nossas ações... O Brasil é principalmente Brasil, em educação... (PEIXOTO, 1936, p. 8).

Sobre a operação historiográfica, Afrânio afirma que “no Brasil não se pesquisa. (...) A história nessas condições é repetição, é comentado, é fantasia interpretativa” (PEIXOTO, 1936, p. 7). Diferentemente o fez Moacyr que,

[...] sobre educação nacional, investigou, nos arquivos, nas bibliotecas, nos livros, nos relatórios de governo e, de tudo, fez um livro objetivo, sem comentários, nem conclusões. Portanto, obra rara que vai produzir gerações de historiadores, que não o citarão... Que lhe importará? Que lhe importará mesmo o maldigam, depois de copiá-lo? (PEIXOTO, 1936, p. 7).

Uma carta de Anísio Teixeira abre o 3º. Volume (1854-1889), no qual Moacyr abordou diversos níveis de ensino. Nesta missiva acusa recebimento do segundo volume (1854-1888), em cujo conteúdo Moacyr tratou, em especial, das reformas educacionais, Teixeira tece algumas considerações e elogia o trabalho do autor. O conterrâneo faz uma leitura dos esforços inócuos no campo da educação brasileira, caracterizado por “grandes planos gerais, com grandes debates de princípios, chocando ideais educativos” ao invés de “estudar os problemas concretos”, de “analisar as necessidades reais e típicas”, de forma a “examinar as dificuldades e facilidades características de execução, de realização”. Afirma que o trabalho de Moacyr “é um primeiro passo para o estudo intelectual da educação nacional. Com os seus volumes, estamos a sentir ao vivo como nunca faltaram ideias...” (TEIXEIRA, 1938, p. 11-12). Muito ao contrário, à abundância de ideias contrapunha a inoperância generalizada. Conclui dizendo:

Se ao lado dos seus quatro volumes de história das ideias educacionais do Brasil, se fizer a história das realidades educativas do Brasil, talvez não se consiga senão um volumezinho mofino e

franzino. Somos, assim esgalhados e frondosos em ideias, e pecos e estéreis, em frutos. O seu grande serviço está sendo o de nos mostrar isso e não apenas nos dizer isto. (TEIXEIRA, 1938, p. 12).

Apesar de contar com ampla e farta documentação, as passagens não são expostas sem a apresentação de introduções ou comentários posteriores, mostrando-se não como um mero acúmulo de fonte, mas como uma obra que utilizou da seleção documental metodologicamente disposta pelo autor. A própria organização temática de cada volume, bem como as diferenças entre estes, apresenta rigor na proposição e composição da obra.

O primeiro volume apresenta uma página com referências bibliográficas – dez ao todo – que vão desde a coleção de Leis do Reino de Portugal (1759-1808) e do Reino do Brasil (1808-1850), aos Relatórios do Ministério do Império (1830-1850), aos Anais da Assembleia Geral Legislativa (1823-1850). Traz à tona uma conferência ministrada por Serafim Leite, no Instituto de Educação, em 1934, além de duas obras em francês: *Essais Statisiques sur le Royaume de Portugal et D'Algarve*, de Adrien Balbi, de 1822, e *Instruction Publique au Brésil*, de Pires de Almeida, de 1882. Cita o livro de Afrânio Peixoto – *Cem anos de Ensino Primário (1826-1926)*, destacando o capítulo *Centenário do Poder Legislativo* e o artigo de Moreira de Azevedo – *A Instrução nos Tempos Coloniais*, publicado na Revista do IHGB. Menciona a Revista da Universidade do Rio de Janeiro (n. 2 - Dezembro de 1932). Os demais volumes não apresentam referências bibliográficas, tendo em vista que a bibliografia presente no primeiro livro serviu de base para todos e pelo próprio caráter introdutório deste.

As citações ao fim do primeiro volume apontam a diversidade da leitura bibliográfica do autor, mesclando o uso das fontes documentais oficiais, como estatísticas, pronunciamentos, reformas escolares e discursos políticos com a produção literária de intelectuais brasileiros e estrangeiros de seu tempo e de tempos anteriores. As indicações bibliográficas nos incitam a pensar no cuidado de Primitivo Moacyr em apreciar e considerar a produção existente sobre a instrução pública no Brasil.

Para cada volume, Moacyr apresentou um conjunto de notas que refletem modalidades distintas no ofício historiográfico. No primeiro, as notas se concentram em explicações sobre os diversos capítulos. Cada nota é composta por trechos dos documentos e obras citados anteriormente, em comunhão com comentários expositivos do autor. No segundo e terceiro volumes Moacyr apresenta notas referenciando passagens do livro do conhecido viajante Louis Agassiz sobre a instrução no Brasil, comentando cada uma delas. Ainda no terceiro volume cita trechos das Falas do Trono (mensagens do Imperador ao Parlamento), também referentes à instrução pública entre os anos de 1854 a 1889, além de outros verbetes.

Nos três volumes de *A Instrução e as Províncias* o trabalho metodológico segue a mesma linha da coletânea sobre o Império. Sob o tema regional e utilizando-se de farta documentação sobre a história do ensino nas províncias do Brasil Imperial, Primitivo Moacyr cobre os diferentes setores do ensino, os exames e as instituições culturais, científicas e literárias entre os anos de 1834 e 1889. O primeiro volume abrange as províncias de Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. No segundo volume discorre sobre as províncias de Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso. As informações sobre as províncias de Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás compõem o terceiro volume. Desconhecemos os motivos das divisões provinciais para cada volume; mas é possível afirmar que a apresentação cronológica responde à forma de organização das diversas fontes oficiais pesquisadas, expondo as propostas educacionais, reformas escolares, leis do ensino dentre outros no período de 1834 a 1889. São fontes provinciais, produzidas em cada canto do país imperial e outras, de origem nacional, se entrelaçando na trama que Moacyr constrói em cada capítulo.

Assim como nos volumes sobre o Império, a bibliografia só é encontrada no primeiro volume de *A Instrução e as Províncias*: relatórios dos presidentes de províncias, a Coleção das leis provinciais, os relatórios dos diretores gerais de instrução pública; acrescido de um texto jornalístico de Tavares Bastos publicado em *A Província*, de 1870; *Viagens ao*

Brasil (1866/1867) de Louis Agassiz, cujos trechos estiveram presentes nas notas da coletânea sobre a instrução pública no Império; e, por fim, *Um inventor brasileiro*, de Ataliba Nogueira (1934). Tais obras e o modo como foram utilizadas denunciam um rigor metodológico no trato com variada documentação oficial em conjunto com produções nacionais sobre a educação.

Também nestes volumes Moacyr lança mão das notas. No primeiro volume, as notas se concentram em explicações sobre o que fora exposto em cada capítulo, utilizando-se das bibliografias contidas no mesmo volume. Já no segundo temos uma diversidade de fontes como a *Estatística da instrução nas províncias*, do Ministro do Império Paulino José Soares Ferreira, de 1869, transcrita na íntegra, com comentários de Moacyr; as leis matrizes da nossa instrução, tomando a Lei Francesa de 28 de junho de 1833 promulgada pelo ministro Guizot, como referência para toda a legislação provincial até 1854; dados estatísticos sobre a instrução na Europa e nos Estados Unidos e breves textos sobre o Magistério, Prédios escolares, Livros Escolares, produzidos a partir de notas tomadas ao *Ensaio administrativo*, de Francisco Octaviano, publicado no *Jornal do Comércio*, em 1851. No terceiro volume as notas se concentram no Plano de educação ou ensino público (1826) que teve como base a *Carta XII de Americus*, citada por Miguel Calmon du Pin e Almeida. Cada passagem desse plano foi comentada com longos parágrafos de Primitivo Moacyr. Assim, tanto nos volumes sobre o Império quanto sobre as Províncias podemos perceber uma preocupação com os usos das fontes e a apresentação destas, bem como a voz do autor sempre presente.

As fontes utilizadas por Moacyr e que permitiram tamanha produtividade foram os documentos do Estado, tanto da esfera legislativa quanto executiva, no nível federal e provincial/estadual. Lançou mão de copiosa documentação oficial dentre documentos parlamentares, legislações, relatórios de presidentes de províncias, de diretores da instrução pública e outros sujeitos envolvidos no cenário educacional, particularmente no campo da administração escolar em seus diversos níveis. Para Saviani (2004) o termo fonte, em português, aponta para dois significados.

Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender. (SAVIANI, 2004, p. 4).

Não escapa, portanto, nesse conceito, a ideia de nascente, manancial. Sabemos que as fontes históricas são produções humanas e apontam para a inesgotabilidade enquanto tal, mas, não são a origem do fenômeno histórico: “As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado” (SAVIANI, 2004, p. 5). Observa ainda o autor que os documentos, os vestígios, indícios e toda a miríade de objetos produzidos pelo homem não são fontes em si mesmo, mas se constituem enquanto tal pela operação historiográfica, movida por uma questão, um problema.

Sendo assim, os documentos selecionados por Moacyr tornam-se fontes, subsídios para a história da educação. Mobilizados pelo autor que, indubitavelmente, tinha em mente um objetivo, um problema, uma questão a ser elucidada. Mesmo não explicitado, o propósito que o moveu a recolher vasta documentação configurou critérios, estabeleceu limites e delineou posições políticas quanto à educação brasileira, particularmente no quesito da ação do Estado.

À primeira vista, a concepção de história de Primitivo Moacyr se aproxima muito de um historicismo atrelado a uma concepção de verdade, ou a uma história oficial, perfilada nos artigos que compõem a legislação educacional e nos resultados, justificativas e propósitos componentes dos relatórios produzidos pela esfera executiva. Desta forma, afasta-se do modelo preconizado pelos ensaístas a ele contemporâneos. Porém, está afinado com a corrente historiográfica ainda presente no Brasil, a qual valoriza em último grau o documento oficial, portador de um discurso de verdade. Mas, podemos considerar que esta era a verdade buscada por Moacyr: as ações do Estado em prol da educação brasileira. E onde mais encontraria essa verdade senão nos documentos oficiais?

Em meados dos anos 30, a tom com a criação do Ministério de Educação e Saúde, o Ministro Gustavo Capanema preparou um projeto dando origem à Lei 378, de 13 de Janeiro de 1937, criando o Instituto Nacional de Pedagogia, com a missão de realizar pesquisas sobre os problemas do ensino nos seus diferentes aspectos. Em 1938, o Decreto Lei n. 580, de 30 de Julho, alterou o nome do órgão para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. A exposição de motivos desse projeto é assim expressa por Lourenço Filho (2005):

Não possui, ainda, o nosso país um aparelho central destinado a inquéritos, estudos, pesquisas e demonstrações, sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos. É evidente a falta de um órgão dessa natureza, destinado a realizar trabalhos originais nos vários setores do problema educacional, e, ao mesmo tempo, a recolher, sistematizar e divulgar os trabalhos realizados pelas instituições pedagógicas, públicas e particulares. Além disso, incumbir-se-á de promover o mais intenso intercâmbio no terreno das investigações relativas à educação, com as demais nações em que este problema esteja sendo objeto de particular cuidado de parte dos poderes públicos ou das entidades privadas. (LOURENÇO FILHO, 2005, p. 181).

Uma das funções do instituto era organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas. Entretanto, não havendo técnicos suficientes para cuidar dos assuntos propriamente pedagógicos, foi necessário ocupar pesquisadores externos. A documentação recolhida pelo INEP abrangia dados estatísticos, e um ementário geral da legislação sobre o ensino e educação, a partir dos primeiros atos do Reino Unido. Segundo Lourenço Filho

O aspecto propriamente histórico encontrou um colaborador espontâneo na figura do inesquecível pesquisador Primitivo Moacyr, auxiliado, com rara dedicação, pelo Dr. Rui Guimarães de Almeida, também infelizmente já desaparecido. A ambos se deve a publicação da obra *A Instrução e a República*, em sete volumes, que o Inep editou nos anos de 1941 e 1942. (LOURENÇO FILHO, 2005, p. 183).

Para Lourenço Filho, portanto, Moacyr foi um prestimoso colaborador do INEP, o que lhe teria valido, então, a publicação dos sete volu-

mes de *A instrução e a República* pela Imprensa Oficial. Quanto à coautoria, não dispomos de outra fonte que confirme esta informação. Por outro lado, é importante mencionar que, simultaneamente à publicação pela Imprensa Oficial, outros livros de Moacyr continuavam sendo publicados pela Companhia Editora Nacional.

Segundo Venâncio Filho (1943) a publicação pela Imprensa Nacional respondia à compreensão de Moacyr de que seus livros não representavam tanto interesse econômico.

Escrupuloso, Primitivo Moacyr não quis continuar aí [Companhia Editora Nacional] sua obra, por certo de reduzido interesse econômico. Encontra na clarividência de educador do professor Lourenço Filho o oferecimento oficial do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que logo inicia a publicação do período republicano. (VENÂNCIO FILHO, 1943, p. 96).

Os volumes sobre o período republicano começam pelas reformas de Benjamin Constant (1890) até a reforma Rocha Vaz (1930). Organizado de forma temática, os sete volumes foram publicados entre 1941 e 1944. O 5º. Volume – Reformas João Luiz Alves e Rocha Vaz (1925-1930) foi publicado após sua morte. Tais reformas tratavam do ensino secundário e neste volume constam inúmeras apreciações dos educadores acerca desse nível escolar bem como as respostas de outros tantos a um questionário encaminhado pela Associação Brasileira de Educação - ABE. Fazia parte do plano dessa coleção um volume sobre as universidades, que não veio a público.

Além do aspecto temático, essa coleção apresenta outras particularidades como, por exemplo, referências bibliográficas. Para o volume 1, essas referências se limitam às fontes documentais pesquisadas; porém, para o volume 4 – Reformas Rivadávia e C. Maximiliano (1911-1924), Moacyr informa vinte e cinco títulos da bibliografia educacional. Trata-se de outro indício acerca da importância do tema da desoficialização do ensino. Apenas para os volumes sobre o ensino secundário e o ensino agrônômico não constam referências ou fontes.

Nos dois volumes dedicados à instrução pública em São Paulo, na primeira década republicana, Moacyr trata dos vários níveis de ensino –

primário, secundário e superior, incluindo as especificidades dos cursos normal, agrícola e artístico. Para o nível superior, aborda a escola politécnica, o ensino médico e o jurídico. Nas referências bibliográficas ao final de cada volume indica as fontes e acervos pesquisados – os Anais do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, a Coleção de Leis do Estado de São Paulo e relatórios dos Secretários do Interior e do diretor geral da instrução. Dentre as obras de ordem mais geral cita *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite. Para a província de São Paulo faz referência a três títulos: *Um Retrospecto (subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo)*, do Professor João Lourenço Rodrigues, de 1930; *O ensino em São Paulo*, de José Feliciano de Oliveira, artigo publicado na Revista Educação, em 1932 e *Cronologia Paulista*, de Jacinto Ribeiro. Os dois volumes foram publicados pela Companhia Editora Nacional e também estão disponíveis para consulta no portal da Brasileira.

Andréa Dantas (2001), ao tratar do projeto editorial do INEP, discorre sobre o formato e o conteúdo do boletim mensal, publicado com o título de *Subsídios para a história da educação brasileira*. Nele era divulgada a legislação federal da educação e informações gerais sobre o desenvolvimento da educação no país e no estrangeiro, ampliada com a inclusão das legislações estaduais. Esse periódico foi publicado de 1940 a 1944, sendo substituído pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Para essa pesquisadora, a justificativa para a criação dos *Subsídios*, ou seja, dos boletins, apoiava-se

na intenção de criar uma memória educacional do país centrada no arrolamento de atos legais. A organização da memória legislativa informa o leitor muito mais sobre as providências administrativas tomadas pelo poder público, no âmbito federal e estadual, do que o registro de ocorrências restritas ao campo pedagógico. (DANTAS, 2001, p. 131).

Quando Moacyr passa a integrar o quadro do INEP como pesquisador, já havia publicado os seis volumes sobre a instrução no período imperial, utilizando o termo “subsídio” no subtítulo desses volumes. Pelas descrições que Dantas faz sobre o boletim do INEP, outras semelhanças e

coincidências com os livros de Moacyr podem ser identificadas. Ou seja, a forma como a evolução da educação brasileira aparece nos boletins é semelhante à organização dada por Primitivo Moacyr nos volumes já então publicados na Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional. No *Boletim* nº 17, de 1942, Lourenço Filho relata “o esforço para coligir toda a documentação referente à educação nos períodos anteriores à República, além do preparo para a utilização destas informações.” E continua dizendo da participação de Moacyr no INEP:

com a desinteressada colaboração do Dr. Primitivo Moacyr, a quem já se deviam excelentes estudos sobre o ensino no império, vêm este Instituto ultimamente publicando a obra “a Instrução e a República”, de que já se tiraram quatro volumes, e que se tirarão mais três (INEP, “Subsídios para a história da educação brasileira (ano de 1940)”, *Boletim* nº 17, 1942. Apud: DANTAS, 2001, p. 132).

Dantas (2001) defende a hipótese de que Moacyr não teria sido chamado para publicar uma obra que já estava finalizada e que era de interesse do Instituto divulgar. O convite adveio de sua excelência na sistematização de dados, pois o INEP possuía esses dados e era necessária sua organização e ordenação. Reconhece que a forma como os registros presentes no boletim mensal *Subsídios para a História da Educação Brasileira*, do INEP, guardam muito do modo como Primitivo Moacyr organiza os dados referentes às províncias. Acrescenta, então, que tais ocorrências educacionais remetem à hipótese de que ao dispor no boletim mensal do Instituto as informações oriundas dos estados do mesmo modo como estas são apontadas nas publicações organizadas por Primitivo Moacyr, Lourenço Filho está referendando o formato com que o primeiro produz história da educação.

Cena final

É inegável a elevada contribuição de Primitivo Moacyr para a consolidação do ideal pretendido com a criação do INEP, subliminarmente

presente na defesa da educação como ciência: era preciso conhecer o que já se havia feito para lançar as bases do futuro. Considerando que a educação brasileira sempre foi pensada no campo estatal, ao ter seus livros publicados pela Imprensa Nacional, Primitivo Moacyr se colocou ao amparo do Estado, dando continuidade ao trabalho que já vinha desenvolvendo no INEP.

Inscrita numa historiografia bem próxima da corrente valorizada pelo IHGB e apadrinhada por instituições como a Companhia Editora Nacional e o INEP, entendemos a produção moacyrniana inserida numa chave que estimula o conhecimento como requisito para o desenvolvimento, ou seja, a ciência a serviço do progresso. Nesse sentido, considerando os contatos de diferentes intensidades com os componentes da ‘trindade cardinalícia’³ da Escola Nova no Brasil, não é demais entender Moacyr como porta-voz dos escolanovistas, signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), os quais, dentre outros pleitos, defenderam no manifesto o “preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa” como “fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade”. Criticavam o “empirismo grosseiro” característico das ações educativas do estado brasileiro até então, enaltecendo ‘o tratamento científico dos problemas da administração escolar’.

Empirismo este que Moacyr não se cansou de exemplificar em suas obras e que Anísio Teixeira (1938) tão bem resumiu - fartos em ideias e pecos em realização – e o próprio Afrânio Peixoto (1936) também se expressou: “O Brasil é principalmente Brasil, em educação.”

Moacyr inaugurou uma escrita da história da educação brasileira com as pesquisas arquivísticas. O processo pelo qual tal produção historiográfica fora concebida e posta a circular, bem como as relações sociais, pessoais e intelectuais construídas ao longo de sua trajetória, e que o ajudaram a se inserir, utilizar e até mesmo construir um repertório educacional e histórico, ainda não foram estudados de maneira a canonizar interpretações. Nossas pesquisas se inserem nestas lacunas. E nossas in-

³ Termo utilizado por Saviani para designar os educadores Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

quietações trouxeram à tona a necessidade de tratar a obra de Primitivo Moacyr como fonte e objeto.

Assim, compreendemos que a produção bibliográfica de Moacyr não foi fortuita, ao contrário, acusa intencionalidade. Respondeu a um propósito, a um convite mesmo que não formulado oficialmente, mas estimulado por aqueles com os quais convivia, pelo ambiente que frequentava, pela percepção do interesse que poderia promover a divulgação de uma coletânea de documentos organizados, sistematizados, sobre as ações estatais em prol da educação brasileira. Para tanto, contribuiu, e muito, as sociabilidades possibilitadas pelo trabalho desenvolvido na Câmara dos Deputados e a familiarização com a documentação parlamentar e do Estado. O interesse pelos assuntos educacionais levado a público com o livro de 1916 – *O ensino público no Congresso Nacional. Breve notícia* o aproximou, dentre outros motivos, a intelectuais e educadores do calibre de Afrânio Peixoto, Lourenço Filho e Anísio Teixeira.

Daí a confiança expressada no subtítulo dos livros – “subsídios para a história da educação no Brasil”, ou mesmo pela saudação de Afrânio Peixoto no 1º. volume publicado. Não por acaso, a matriz moacyrniana de apresentar a legislação brasileira como subsídio para a história da educação no Brasil foi tomada por Lourenço Filho como modelo para a história educacional. Primitivo Moacyr não pretendeu fazer uma interpretação do Brasil. Não foi um ensaísta, mas sim um historiador no seu tempo. Não só estava atualizado com a concepção historiográfica predominante em sua época – a história documental –, como também foi um precursor no campo da história da educação brasileira ao dar visibilidade à profusa e inoperante legislação educacional.

De outra forma, concluímos que ao elaborar uma história documental oficial, ou seja, ao lançar mão de documentos produzidos na esfera do Estado, buscava reforçar o papel principalíssimo que este deveria ocupar na educação nacional. Esta posição é claramente visível desde o seu primeiro livro, ainda de 1916, ao eleger a defesa da responsabilidade do Estado no campo educacional frente às propostas de desoficialização do ensino, até o destaque para as reformas de ensino implantadas nas primeiras décadas do século XX.

Referências

Fontes

- MOACYR, P. (1916) *O ensino público no Congresso Nacional*. Breve notícia. R.J.: s/ed.
- _____. (1936) *A instrução e o Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3 vol.
- _____. (1942) *A instrução e a República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 7 vol.
- _____. (1940) *A Instrução e as Províncias* (subsídios para a história da educação no Brasil) S. Paulo: Cia Editora Nacional, 3 vol.
- _____. (1942) *A Instrução pública no Estado de São Paulo: primeiras décadas republicanas*. S. Paulo: Cia Editora Nacional, 3 vol.

Bibliografia

- AZEVEDO, F. *A Reconstrução Educacional do Brasil: ao povo e ao governo*. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Rio de Janeiro, 1932.
- BASTOS, T. *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garnier. 1870.
- CARDOSO, T. M. R. F. L. Primitivo Moacyr. In: FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M. (orgs.). *Dicionário dos educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: INEP. 2002.
- CARVALHO, R. A.; MESQUITA, I. M. O ensino público no Congresso Nacional. Breve notícia de Primitivo Moacyr. In: *Clássicos da Educação Brasileira*. Vol. III. Belo Horizonte: Mazza. 2013.
- DANTAS, A. M. L. *A Urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: a gestão Lourenço Filho (1938-1946)*. (Tese de Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2001
- GOMES, A. de C.; ABREU, M. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, v. 13, n. 26, 1-14. 2009.
- LOURENÇO FILHO, M. B. Antecedentes e primeiros tempos do INEP. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*, v.86, n.212, 179-185. 2005.
- SANFELICE, J. L. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. *Educação e Sociedade*, vol. 28, n. 99, 542-557. 2007.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In.: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados. 2004.
VENÂNCIO FILHO, F. Primitivo Moacyr e a história da educação. *Cultura Política*, no. 24, 94-97. 1943.

Recebido em 26 de setembro de 2017.
Aprovado em 03 de dezembro de 2017.